

Como garantir professores nas escolas?

ISABEL LEIRIA

Se nas eleições de 10 de março apenas estivesse em causa a resolução do problema da falta de professores e atratividade da carreira docente, não haveria muito a discutir, tal o consenso gerado entre os partidos sobre o diagnóstico ou sobre as medidas a tomar (que pouco diferem nos detalhes).

É o caso da devolução integral do tempo de serviço congelado, que chegou a estar na origem de uma crise política e que atualmente é defendida por todos os partidos — agora o único aspeto que divide os partidos é o tempo que demorará essa repositão. Já a eliminação de quotas na avaliação de desempenho e de limites de vagas para a progressão na carreira, outra das exigências mais ouvidas entre os professores, não constam do programa dos maiores partidos, só do BE, PCP, Livre, PAN e Chega.

O ritmo de aposentações não está a ser acompanhado pela formação de novos docentes e as escolas já o estão a sentir. A dificuldade em substituir professores ao longo do ano letivo ou a necessidade de recorrer a profissionais que não têm formação específica para lecionar são alguns sinais já visíveis de um problema “grave”, reconhecido por todos os partidos. PS e AD defendem uma melhoria dos salários no início da carreira.

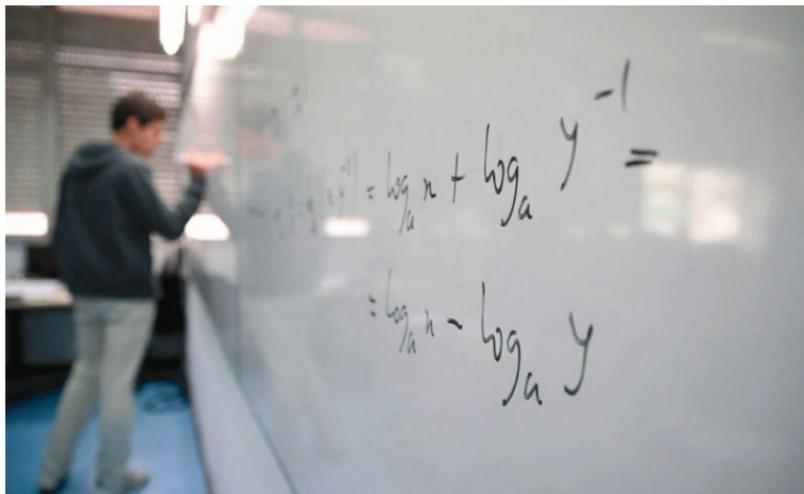
Até 2030 será preciso recrutar uma média de 3500 professores ao ano, segundo um estudo pedido pelo Ministério da Educação a investigadores da

Nova SBE. O problema é que os dados dos últimos anos indicam que o número de diplomados em cursos que conferem habilitação para a docência tem ficado sempre aquém das necessidades.

Perante este desajuste, é preciso fazer mais, concordam os partidos. Valorizar a carreira, dignificar, dar melhores condições, desburocratizar, são palavras que se repetem em todos os programas eleitorais. “O problema da falta de professores é grave e agrava-se de ano para ano”, avalia Carlinda Leite, professora jubilada da Universidade do Porto a quem o ministério pediu propostas para a revisão do diploma que regula as habilitações para a docência.

Mas a preocupação dá lugar a alguma esperança quando vê “propostas positivas nos programas de quase todos os partidos” no sentido de tornar a carreira mais atraente e de reduzir a precariedade. “Agora, não basta propor, é preciso concretizar”, avisa Carlinda Leite. Dá o exemplo do programa do PAN, o último a ser apresentado, que apresenta uma série de medidas em torno da “sustentabilidade” que “podiam e deviam ser mobilizadas pelos partidos” que venham a assumir o Governo.

Uma das ideias que a investigadora gostava de ver posta em prática tem a ver com uma melhoria dos salários de educadores e professores, pelo menos no início da carreira. O PS fala em “reduzir o hiato entre os índices remuneratórios da base da carreira docente e os índices mais altos”. No caso da AD, há mesmo um subcapítulo para “um programa de emergência para atrair novos professores”, que prevê “rever o salário em início de carreira e os restantes índices e escalões” e “promover o regresso” dos professores que tenham saído.



O diagnóstico reúne consenso: faltam professores. Já as soluções diferem FOTO JOSÉ CARLOS CARVALHO

O PCP e o Livre abordam especificamente a questão da aposentação, mas os comunistas a defenderem um regime específico para os professores que atenda às características das atividades que desenvolvem e o “desgaste que delas decorre” e o partido liderado por Rui Tavares a propor que todos os docentes tenham direito a aposentar-se, com pensão por inteiro, aos 36 anos de serviço.

Outra das dificuldades que tem levado a que a falta de professores se faça sentir em regiões como Lisboa e Algarve, muito pressionadas pelos cus-

tos da habitação, é também abordada nos programas eleitorais. “Os apoios que foram anunciados no ano passado são muito incipientes. É urgente tomar mais medidas, sabendo que as regiões e as escolas com mais dificuldades estão identificadas”, defende a professora da Universidade do Porto. Dedução de despesas de alojamento em sede de IRS, compensações e incentivos são algumas das medidas propostas pelos partidos.

Sobre os mecanismos de contratação e recrutamento de professores, apenas a Iniciativa Liberal propõe uma alteração profunda no sistema, “demasiado

centralizado, focado em critérios muito limitados (como nota do curso e anos de experiência) e muito demorado”. O partido de Rui Rocha defende uma muito maior autonomia das escolas na escolha dos recursos humanos — uma ideia que tem sido duramente criticada pelos sindicatos.

leiria@expresso.imprensa.pt



LEIA MAIS TEMAS EM ANÁLISE EM EXPRESSO.PT